

## BASE AÉREA DE SANTA MARIA

## Estudo Técnico Preliminar 83/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: XXXXXXXX

## 2. Descrição da necessidade

O projeto da demanda tem por objetivo a **reforma geral da edificação do Paiol 01 da Base Aérea de Santa Maria (BASM)**, contemplando a revitalização completa das infraestruturas interna e externa, com vistas a garantir condições adequadas de segurança, operação, preservação de materiais sensíveis e prolongamento da vida útil da instalação.

A obra faz-se necessária diante do estado de degradação identificado no pavimento, nas alvenarias, bem como da **insuficiência da infraestrutura elétrica** existente para suportar a instalação de novos equipamentos essenciais ao controle ambiental do espaço.

Execução dessas ações é indispensável para assegurar o **pleno funcionamento operacional do paiol**, a proteção dos materiais ali armazenados, a melhoria das condições de trabalho dos militares e a conformidade com normas técnicas e de segurança aplicáveis às instalações.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO DE ENGENHARIA	1T QOCON CIV GUILHERME SARI MENEGHETTI

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A **reforma Geral do Paiol 01 da Base Aérea de Santa Maria (BASM)**, trata-se de contratação de natureza não contínua com prazo de execução e vigência determinados. As especificações dos serviços foram elaboradas para ser licitada na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, sob forma de execução indireta, no regime de empreitada por **preço unitário**.

Considerando as características técnicas do objeto a ser contratado, conclui-se que o **regime de execução por preço unitário** é o que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade, segurança jurídica e adequada gestão dos riscos do empreendimento.

A obra envolve **serviços de naturezas distintas, múltiplos sistemas construtivos e intervenções em edificação/infraestrutura existente**, o que, mesmo com projetos, levantamentos e memoriais técnicos, **impede a determinação absolutamente precisa dos quantitativos reais a serem executados** no momento da licitação. Em obras dessa natureza, é tecnicamente previsível a ocorrência de **interferências ocultas, ajustes de projeto, adequações em campo e variações geométricas**, que impactam diretamente os quantitativos de diversos serviços.

Nesse contexto, o regime de preço unitário mostra-se o mais adequado, pois permite que a Administração **remunere exclusivamente os serviços efetivamente executados e medidos**, evitando o pagamento por quantidades estimadas que eventualmente não se confirmem, como ocorre no regime de preço global. Dessa forma, **reduz-se o risco de sobrepreço embutido e de pagamentos indevidos**, protegendo o erário.

Além disso, o regime por preço unitário **facilita o controle técnico e financeiro da execução**, uma vez que cada serviço possui composição de custo, unidade de medida e preço previamente definidos, possibilitando medições precisas, rastreabilidade dos gastos e fiscalização objetiva da obra.

Do ponto de vista da gestão do contrato, esse regime também **mitiga riscos de paralisações, litígios e pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro**, pois eventuais variações de quantitativos são tratadas de forma objetiva, por meio das medições, sem transferir à Administração ou à contratada riscos que não podem ser tecnicamente mensurados no momento da licitação.

Dessa forma, a adoção do regime de execução por preço unitário **decorre de análise técnica fundamentada**, alinhada às boas práticas de engenharia e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, constituindo-se na solução mais adequada para assegurar a execução eficiente, controlável e economicamente vantajosa do objeto.

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50 % ( cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

I. CLIMATIZAÇÃO;

II. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - EXECUÇÃO DE VIA EM CONCRETO ALFÁLTICO; e

III. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A empresa deverá realizar **VISITA TÉCNICA** , sobre o aspecto de confidencialidade;

A empresa deverá entregar à administração (BASM) a Relação de trabalhadores constantes do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP), contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), dos empregados que terão acesso ao local do serviço;

Caso haja alteração na relação de trabalhadores apresentada, a comissão de fiscalização deverá ser comunicada com no mínimo de 24 ( vinte e quatro ) horas de antecedência.

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução será emitida e paga pelo profissional da Contratada, e entregue à Fiscalização até o quinto dia da execução dos serviços.

A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, para a prestação dos serviços, bem como os materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação do objeto;

A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho;

Os licitantes devem atender pelo menos o seguinte requisito para o atendimento da necessidade desta contratação:

Registro ou Inscrição da PESSOA JURÍDICA expedida pelo Conselho Profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU);

Comprovação de aptidão da empresa para a execução da obra de reforma em questão, por meio da apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT emitida pelo Conselho profissional competente, em nome da Licitante, acompanhada do seu respectivo Atestado de capacidade Técnico-Operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA que comprove que a empresa licitante tenha executado diretamente, como contratada principal;

A execução do serviço contratado será iniciada a contar da emissão e assinatura da ordem de serviço;

A contratada deverá realizar o serviço no PAIOL 01 situado na Base Aérea de Santa Maria, Rodovia RSC 287, Km240 Caixa Postal 341, Santa Maria /RS, CEP: 97105-030;

O prazo de vigência do contrato está vinculado ao prazo previsto no cronograma físico-financeiro de execução dos serviços de aproximadamente 150 (cento e cinquenta ) dias, a fim de permitir o recebimento provisório e definitivo das obras, assim como a liquidação e pagamento da despesa. Estima-se que o prazo de vigência seja de aproximadamente 300 (trezentos) dias.

O prazo para execução poderá ser prorrogado, quando solicitado formalmente por escrito pela Contratada, antes do seu vencimento, desde que ocorra fato superveniente, justificado e aceito pelo Contratante, a qual poderá recusar motivadamente a prorrogação visando o interesse da Administração;

Os profissionais que serão empregados no serviço deverão ser compatíveis com as demandas logísticas para execução do serviço, todos devidamente enquadrados na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com capacitação técnica e conhecimentos, exigidos por lei, para executar todas as demandas estipuladas no certame. Ainda, o projeto executivo e a execução dos serviços deverão ser supervisionados por um Engenheiro, com registro válido no CREA;

O transporte de equipamentos, maquinário, material e pessoal, bem como de todas as peças, ferramentas, sobressalentes, EPI, materiais de consumo e insumos necessários para a realização dos serviços estará inclusa na contratação, sendo de responsabilidade da contratada;

As peças, insumos e materiais utilizados no serviço deverão ser novos e atender as normativas técnicas, previstas em lei;

A prestação dos serviços também seguirá os seguintes critérios:

Os serviços a serem executados obedecerão às normas aprovadas e recomendadas pelo Comando da Aeronáutica: Normas de Edificações – NSCA-85-1; Administração de Obras e Serviços de Engenharia - NSMA 85-7;

Fiscalização e Recebimento de Bens e de Serviços e de Aplicação de Sanções Administrativas – ICA 12-23; Fiscalização e Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia – ICA 85-16;

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 26 de maio de 2017 e Códigos, normas, leis, decretos e regulamentos dos Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais e das empresas concessionárias dos serviços públicos que estejam em vigor e sejam referentes aos tipos de serviços relacionados.

Os materiais removidos, com caráter de descarte e provenientes do serviço, ficarão a cargo da contratada para descarte sustentável e de acordo com toda legislação de ambiental e sustentável. Ainda, a contratada deverá proteger e preservar o meio ambiente, bem como evitar quaisquer práticas que possam causar danos, executando seus serviços em estreita observância às normas legais e regulamentares, federais, estaduais ou municipais, aplicáveis ao assunto, incluindo, mas não se limitando à: (1) Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente; (2) Lei nº 9.605/1998, a chamada “Lei dos Crimes Ambientais”; e (3) Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assim como as demais normas relacionadas ao gerenciamento, ao manuseio e ao descarte adequado dos resíduos sólidos resultantes de suas atividades, privilegiando todas as formas de reuso, reciclagem e de descarte adequado, de acordo com as normas supramencionadas.

Ao término dos serviços, devem ser entregues à contratante todos os requisitos especificados nos anexos do certame, contendo todas as informações dos materiais, serviços, métricas, modificações, estruturas, etc, acompanhados de desenhos e de todo conteúdo relacionado ao serviço desenvolvido no local.

O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

## 5. Levantamento de Mercado

A contratação de empresas de engenharia para reformas de edificações existentes é comum no âmbito da Administração Pública. No entanto, cabe aos gestores públicos analisar se, de fato, é a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para realização de **Reforma do Paiol 01 da Base Aérea de Santa Maria (BASM)** é imprescindível, visando evitar, sobretudo, o comprometimento da estrutura existente.

Nessa perspectiva, considerou-se o levantamento das alternativas, conforme segue:

**Alternativa 1** – Aquisição de todo material necessário para os serviços a serem executados, conforme Termo de Referência, através de processo licitatório em separado, destinados somente à compra de materiais e emprego de mão de obra de apoio funcional (servidores militares e civis da BASM).

**Alternativa 2** – Contratação de empresa terceirizada e especializada para, apenas, emprego da mão de obra para os serviços a serem executados, conforme Termo de Referência, e fornecimento de materiais por aquisição exclusivamente da Contratante.

**Alternativa 3** – Contratação de empresa terceirizada e especializada para os serviços a serem executados, conforme Termo de Referência, abrangendo materiais e serviços necessários à completa execução dos serviços.

Haja vista das alternativas explanadas, têm-se as seguintes considerações:

Alternativa 1 –

Vantagens: Considerando o custo de material necessário à realização dos serviços especificados no Termo de Referência, entende-se que, para a Administração, o custo será, obviamente, a forma mais vantajosa (menor preço) se comparado com o preço ofertado por uma empresa consultada, ou estimando pelos preços referenciais em mídias especializadas.

Desvantagens: O efetivo disponível para o atendimento dos serviços, objetos de contrato, é limitado para o desempenho dessas tarefas, uma vez que o escopo desses serviços, seu vulto e necessidade de execução célere, representaria um obstáculo relevante ao seu cumprimento.

Salienta-se ainda que o Esquadrão de Infraestrutura da BASM não dispõe de todos os equipamentos necessários à completa execução dos serviços, necessitando também de sua aquisição ou locação, o que acarretaria novos processos licitatórios para atendimento desta demanda, especialmente dos equipamentos para acesso a áreas com maior altura.

Além disso, a aquisição dos materiais necessários à reparação deve ter um planejamento antecipado, sem levar em conta a quantidade de materiais que deverão ser alojados em depósitos, em condições, os quais a Unidade não dispõe no presente momento. Desta forma, independente de todos esses fatores, há a necessidade de ter um servidor especialmente designado para gerenciar a distribuição desses materiais, podendo sobrecarregá-lo de outras funções, as quais são de sua responsabilidade.

#### Alternativa 2

Vantagens: Custo final, para a Administração, será inferior, de forma mais vantajosa (menor preço) se comparado com o preço ofertado por uma empresa consultada.

Desvantagens: Da mesma forma, deveria a Contratante indicar um servidor para verificar se a produtividade pactuada está em conformidade ao indicado pela empresa no momento da contratação. Elenca-se ainda, o planejamento prévio da compra de materiais, gerenciamento e disposição de depósitos adequados, conforme mencionado nas soluções anteriores.

#### Alternativa 3 –

Vantagens: Toda a execução, gerenciamento e logística, incluindo compra de materiais, mão de obra e equipamentos, seriam por total controle da administração da empresa não sobrecarregando a Contratante.

Desvantagens: O custo final dos serviços de substituição seria maior que os das alternativas apresentadas em 1 e 2.

## 6. Descrição da solução como um todo

Diante da análise das alternativas supracitadas e sabendo que o mercado possui uma ampla disponibilidade de potenciais prestadores dos serviços a serem contratados, uma vez que as rotinas gerais e metodologias empregadas na execução do objeto são de conhecimento dos licitantes e tradicionalmente empregadas em contratações anteriores, estando aptas à satisfação da necessidade administrativa, possibilitando, também, a ampla concorrência e vantagens a Administração Pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação torna-se viável a contratação de maneira integral, abrangendo materiais e serviços necessários à completa execução dos serviços.

Não obstante, mesmo que, somente por hipótese, a Administração adquirisse somente o material necessário para a realização dos serviços, por custo mais reduzido e vantajoso, conforme elencado nas soluções 1 e 2, deveriam ser considerados o envolvimento dos militares ocupariam dessa atividade, não sendo alocados em suas atividades-meio e atividades-fim próprios da Unidade, consideradas prioritárias.

Ainda, além de toda a logística empregada, haveria a questão do gerenciamento e armazenamento de materiais e equipamentos a serem utilizados, todos caracterizados por grandes volumes. Consideram-se ainda, que muitos dos insumos possuem validade limitada, tais como cimento, cal, argamassa industrializada, dentre outros, os quais não poderiam ser estocados por longos períodos, necessitando de um depósito apropriado, com estrutura adequada e que possibilite a armazenagem correta até o seu emprego.

Em face disso, a BASM não dispõe de tal depósito, com características compatíveis e, em se tratando de sua construção futura, torna-se inviável, uma vez que tanto os custos quanto espaço físico são limitados aos recursos financeiros da Unidade.

Além de tudo, a opção escolhida reserva obrigações adicionais à Contratada no que tange ao gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela reparação, devendo essa atividade obedecer às diretrizes técnicas e os procedimentos pertinentes do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil do Município ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente. Tais procedimentos resguardam a Administração informando que tal solução fora adotada nos últimos exercícios da Unidade e apresentou resultados satisfatórios.

Para o dimensionamento da proposta foram observados os documentos técnicos elaborados , dentre os quais encontram-se presentes as considerações técnicas, mercadológicas e da gestão, sendo eles:

I. PROJETO EXECUTIVO;

II. PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS;

IV. CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO;

V. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA ( ART );

VI. TERMO DE ALTERAÇÃO DO PROJETO;

VII. TERMO DE JUSTIFICATIVAS RELEVANTES, e

VIII. INDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS ( IMR ).

Enfim, a solução como um todo, se resume a eventual contratação de pessoas jurídicas visando a prestação de Serviços diversos para os serviços citados, com a disponibilização de mão de obra e equipamentos adequados à execução dos diversos trabalhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos de materiais e mão de obra (em tipo e horas de serviço) são definidos através de um conjunto de projetos técnico-executivos, a partir de seus respectivos memoriais descritivos e planilhas orçamentárias, sob responsabilidade dos projetistas. Por tratar-se de uma reforma da edificação já existente, o quantitativo foi calculado através do projeto arquitetônico e visita in loco.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.033.948,55

De igual modo, o valor da contratação só poderá ser adequadamente definido após a conclusão dos projetos executivos e a realização dos orçamentos unitários mencionados acima. Portanto, pode-se ter uma previsão do custo global da obra de aproximadamente de (R\$): 1.033.948,55 ( Um milhão, trinta e três mil, novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há parcelamento devido ao objeto desta licitação estar englobado em apenas um item, o que acarretaria num custo maior à administração no que se refere à contratação de uma empresa em vez de duas, o que não respeitaria o princípio de economicidade;

A separação das fases em itens também dificultaria a coordenação das atividades relacionadas, já como um único item a administração é beneficiada com a gestão do contrato sendo feita a um único mantenedor dos serviços, propiciando agilidade na resolução de problemas contratuais;

Além disso, faz constar que haveria uma dificuldade na atribuição de responsabilidade quanto ao mau

funcionamento ou má qualidade dos serviços executados entre as Contratadas, levando a perda de garantia do serviço, caracterizando mau emprego dos recursos públicos;

Sem a responsabilidade integral pelo controle dos materiais, as Contratadas para os serviços podem não se preocupar com os desperdícios, onerando dessa maneira a reforma. Com o fornecimento e aplicação dos materiais pela mesma empresa, esta somente será paga por serviço executado, e não por material fornecido, ficando comprometida com a redução de desperdícios que oneram os custos;

É importante ressaltar que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega da reforma;

Embora o parcelamento seja a regra, neste caso específico a contratação em um único item é necessária, pois um serviço prestado por um único contratado proporciona uma gestão centralizada do contrato, melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido, observando-se o princípio da eficiência - art. 37, caput, Constituição Federal;

Sendo assim, verifica-se a inviabilidade técnica e econômica de parcelamento do objeto da licitação e, considerando a Súmula nº 247 do TCU, entende-se que o parcelamento dos serviços não melhoraria o emprego dos recursos públicos.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se identificou a necessidade de realizar contratações correlatas, visto que os projetos serão desenvolvidos internamente, pelo órgão contratante, e a execução da obra, por sua finalidade e complexidade, não exige o emprego de técnicas construtivas específicas, que não possam ser executadas por uma única empresa, sem prejuízos ao resultado esperado.

### Quanto a Participação de Cooperativas ou empresas em Consórcio

A vedação à participação de cooperativas de trabalho e de empresas reunidas em consórcio na presente contratação decorre de análise técnica do objeto, dos riscos operacionais e das necessidades de gestão, fiscalização e responsabilização contratual, sendo medida necessária para assegurar a execução eficiente, contínua e juridicamente segura da obra.

A obra em questão apresenta elevada complexidade técnica, múltiplos sistemas construtivos e elevada interdependência entre serviços, exigindo coordenação operacional única, comando técnico centralizado e responsabilidade direta e inequívoca sobre prazos, qualidade, segurança do trabalho e desempenho dos serviços. Nessas condições, a Administração necessita de um único ente contratual plenamente responsável, sem fracionamento de atribuições, obrigações ou riscos.

No caso das cooperativas de trabalho, a sua própria natureza jurídica e operacional — caracterizada pela autogestão dos cooperados, rotatividade de mão de obra e ausência de vínculo empregatício típico — é incompatível com as exigências de estabilidade, continuidade, padronização técnica e controle de equipes requeridas para obras de engenharia de médio e grande porte. Além disso, a experiência administrativa demonstra que cooperativas apresentam elevado risco de substituição frequente de profissionais, dificuldades de responsabilização técnica individualizada e fragilidades no cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho, o que expõe a Administração a riscos jurídicos e operacionais relevantes.

Já quanto às empresas reunidas em consórcio, embora juridicamente admitidas em determinadas situações, sua participação não se mostra vantajosa para o presente objeto, pois o escopo da obra não demanda capacidades extraordinárias ou especializações tão distintas que justifiquem a divisão da execução entre múltiplas empresas. Ao contrário, a execução exige forte integração entre serviços, sequenciamento rigoroso e tomada de decisão ágil, o que é prejudicado quando a execução depende de acordos internos entre consorciadas, repartição de responsabilidades, divisão de equipes e eventuais conflitos de gestão.

Sob o ponto de vista da fiscalização e da gestão contratual, a contratação de consórcios aumenta significativamente a complexidade do controle, dificulta a apuração de responsabilidades por falhas, atrasos ou vícios construtivos e eleva o risco de disputas internas que impactam o andamento da obra, comprometendo o interesse público.

Além disso, o mercado fornecedor identificado para o objeto demonstra a existência de empresas individualmente capazes de executar integralmente o escopo da obra, com capacidade técnica, operacional e financeira suficientes, de modo que não há restrição à competitividade pela vedação a consórcios e cooperativas, preservando-se a ampla concorrência.

Dessa forma, a vedação à participação de cooperativas e de empresas reunidas em consórcio não constitui restrição indevida à competitividade, mas sim medida técnica de mitigação de riscos, proteção do interesse público e garantia da adequada execução contratual, alinhada aos princípios da eficiência, da segurança jurídica, da economicidade e da boa governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação do serviço de reforma do PAIOL está em consonância com o Plano de Infraestrutura da Aeronáutica (PLANINFRA) e possui previsão orçamentária.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A cada etapa do processo, a Administração pretende, com a reforma ora solicitada, atender as necessidades das instalações do PAIOL 1 da BASM, garantindo a integridade destas instalações e evitando o comprometimento e agravamento da deterioração da referida estrutura.

## **13. Providências a serem Adotadas**

No prazo de 05 (cinco) dias antes do início da contratação serão providenciadas as seguintes adequações:

Físicas e estruturais.

Definir as áreas que a empresa deverá utilizar para colocar seus materiais, locais por onde deverá transitar e quais os horários, de modo a não comprometer a rotina e a segurança da BASM.

A ligação provisória de água, energia elétrica e esgoto ficam a cargo da Contratada e a Contratada assegurará aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

O material proveniente de demolições e retiradas deverá ser carregado em caçambas previamente dispostas no local do Serviço, devendo ser realizado sem causar interferência nas dependências da BASM.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Sobre resíduos de construção civil (RCC) gerados no decorrer dos serviços, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

Em relação ao projeto, o mesmo foi elaborado visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, como por exemplo a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

De modo a mitigar os possíveis impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento dos serviços, a futura contratada deverá observar a redução do uso de copos descartáveis durante os lanches refeições e não utilizar canudos, orientando periodicamente os empregados quanto às boas práticas de redução de desperdício e poluição.

Também deverá realizar limpeza e coleta de resíduos com frequência diária e destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

Considerando a Política Nacional do Meio Ambiente estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Considerando a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, da alínea “f” do inciso XIV do art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que trata da promoção do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades: de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas.

Considerando a Portaria nº 41/MD, de 17 de outubro de 2017, que aprova as orientações para as Forças Armadas relativas à conciliação dos interesses da Defesa Nacional com os de conservação ambiental.

Considerando a Portaria nº 29/GC4, de 25 de janeiro de 2021, que declara o caráter militar das atividades e empreendimentos realizados na área da BASM: 1º/10º GAV, 3º/10º GAV, 5º/8º GAV, 4º/1º GCC, 1º/12º GAV, DTCEA-SM, GAP-SM, ES-SM, ESD destinados ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira.

Diante disso, este setor técnico recomenda a aplicação da Portaria nº 29/GC4, de 25 de janeiro de 2021, a fim de dispensar o licenciamento ambiental junto ao IBAMA. Considerando, contudo, que tal dispensa não exime o cumprimento das legislações ambientais nas esferas federal, estadual e municipal.

Destaca-se ainda que NÃO será necessário a supressão de indivíduos arbóreos, sendo assim dispensado a necessidade de obtenção da Autorização de Supressão Vegetal (ASV), junto aos órgãos competentes.

Ademais, para a realização dos serviços, a Administração deverá exigir que a Contratada adote diretrizes e práticas de sustentabilidade ambiental, como as previstas no Decreto 7.746, de 2012 e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010, por exemplo:

- a. Os serviços deverão utilizar, de modo obrigatório, agregados reciclados nas obras sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior aos agregados naturais;
- b. Deverão utilizar materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, no todo ou em parte, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- c. Deverá haver um gerenciamento para o descarte de resíduos (PGRCC), restos de obras, entulhos e materiais inservíveis de maneira ambientalmente legal, em local adequado determinado pela Administração Municipal para tal fim;
- d. Deverá ser elaborado um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).
- e. Deverá ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para a execução, conservação e operação dos serviços. São vedadas a disposição e a queima de resíduos a céu aberto ou em cursos d'água in natura.

Os colaboradores envolvidos nas obras deverão ser treinados quanto ao gerenciamento dos resíduos gerados, e a empresa responsável deverá possuir Autorização de Transporte de Resíduos de Construção Civil.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Em atenção ao disposto no art. 24, §1º, inc. XII, da IN Seges/MPDG no 05/2017, consoante ao art. 7º, inc. XIII da INSEGES/ME no 40/2020, bem como os itens supracitados neste estudo, esta Equipe de Planejamento posiciona-se pela VIABILIDADE de realização de contratação na forma prevista, visando à consecução da solução detalhada neste estudo, para atendimento à necessidade manifestada pela área requerente

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUILHERME SARI MENEGHETTI**

Equipe de apoio



## **CAMILA FREITAS DOS SANTOS**

Equipe de apoio



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Data/Hora de Criação:	15/01/2026 16:41:07
Páginas do Documento:	9
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	10
Hash MD5:	deb73b209719d135fd15565b7bc62f21
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten CAMILA FREITAS DOS SANTOS no dia 15/01/2026 às 13:44:35 no horário oficial de Brasília.